



3° Simulado

PC PB

Simulado Especial

Simulado PC-PB

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PC PB;
- 2 – A prova contém **80 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca Cebraspe.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PC-PB-Delegado-18-12>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E |

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUÊSA**

Felipe Luccas

TEXTO I

O advogado especialista em Direito de Família e Sucessões, Rodrigo da Cunha Pereira, explica que o divórcio só foi introduzido no Brasil em 1977, pela Emenda Constitucional nº 9 e regulamentada pela Lei nº 6.515/77, precedida de uma longa batalha política legislativa, liderada pelo então Senador Nelson Carneiro.

Segundo ele, para que fosse aprovada a Lei nº 6.515/77, foi necessário fazer algumas concessões, e o divórcio foi dificultado ao máximo: só era possível se divorciar uma única vez, era necessário o prazo de cinco anos de separação de fato para o divórcio direto e três para o indireto (ou por conversão).

“Após mais de três décadas de divórcio no Brasil, pode-se constatar que a família não foi destruída e não piorou em razão dele, mesmo com a elasticização de algumas regras, tais como a possibilidade de se divorciar várias vezes e a diminuição do seus prazos. Ao contrário, as pessoas estão mais felizes e mais autênticas para estabelecerem seus vínculos amorosos e conjugais”, refletiu Rodrigo.

No entanto, o especialista em Direito de Família e Sucessões observa que o divórcio não é nada fácil, mesmo quando consensual, pois “envolve sempre sofrimento e dor, ainda que tenha um sentido de libertação. O fim da conjugalidade é um momento que se depara, novamente, com o desamparo estrutural do ser humano. Depara-se consigo mesmo e com o vazio existencial. O amor perfeito, ou quase perfeito, era pura ilusão, ou simplesmente acabou. Sabe-se, por isso, que o amor perfeito é perfeitamente impossível”, diz.

<http://www.rodrigodacunha.adv.br/divorcio/>

- 01.** Segundo as informações veiculadas no texto,
- a) a Lei nº 6.515/77 flexibilizou as regras sobre divórcio previstas na Constituição.
 - b) até 1977 só era possível se divorciar uma única vez, após 5 anos de separação de fato.
 - c) as limitações do direito ao divórcio foram algumas das concessões necessárias para sua aprovação.
 - d) o Senador Nelson Carneiro acreditava que o divórcio seria prejudicial às famílias.
 - e) o divórcio foi introduzido com base na crença de que o amor era pura ilusão.

- 02.** O vocábulo “elasticização” (3º parágrafo) foi empregado no texto com sentido oposto a
- a) flexibilização
 - b) mitigação
 - c) supressão
 - d) adaptação
 - e) austeridade

- 03.** Assinale a alternativa em que a vírgula destacada entre colchetes poderia ser suprimida sem prejuízo gramatical ou semântico.
- a) No entanto[,] o especialista em Direito de Família e Sucessões observa que o divórcio não é nada fácil (4º parágrafo)
 - b) O advogado especialista em Direito de Família e Sucessões[,] Rodrigo da Cunha Pereira, explica (1º parágrafo)
 - c) Após mais de três décadas de divórcio no Brasil[,] pode-se constatar que a família não foi destruída (3º parágrafo)
 - d) Sabe-se[,] por isso, que o amor perfeito é perfeitamente impossível”, diz (4º parágrafo)
 - e) O advogado especialista em Direito de Família e Sucessões, Rodrigo da Cunha Pereira[,] explica (1º parágrafo)

04. O vocábulo “que” pode exercer diferentes funções dentro do texto. Em “o especialista em Direito de Família e Sucessões observa que o divórcio não é nada fácil.” (4º parágrafo), a partícula “que” está exercendo função de:

- a) Pronome relativo.
- b) Pronome interrogativo.
- c) Pronome indefinido.
- d) Conjunção integrante.
- e) Conjunção explicativa.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

05. A imagem a seguir ilustra uma planilha eletrônica do Microsoft Excel, em sua configuração padrão. Qual foi o objetivo do usuário ao inserir o símbolo \$ na função =B2*B\$1 digitada na célula C2?

	A	B	C
1	TAXA	5,13%	
2	Jan	5000	=B2*B\$1
3	Fev	3000	
4	Mar	1200	
5	Abr	4000	
6	Mai	6000	
7	Jun	4800	

- a) Indicar que a célula B1 possui formato de moeda.
- b) Tornar a referência para a célula B1 absoluta.
- c) Tornar a referência para a coluna B absoluta e para a linha 1 relativa.
- d) Tornar a referência para a coluna B relativa e para a linha 1 absoluta.
- e) Torna a referência imprecisa, retornando um erro de fórmula.

06. A linguagem de escrita de documentos e especificação de sítios da Web, que é nativa aos navegadores, é:

- a) Google.
- b) Pascal.
- c) Facebook.
- d) HTML.
- e) HTTP.

07. Para a realização de cópia de segurança (backup) pode-se como procedimento escolher um dos seguintes tipos de backup:

- a) preferencial ou circunstancial
- b) diferencial ou incremental
- c) preferencial ou fundamental
- d) assistencial ou incremental
- e) diferencial ou fundamental

08. Qual é a alternativa correta que corresponde ao malware descrito a seguir:

"Programa que captura informações sigilosas através do armazenamento das teclas digitadas pelo usuário no teclado do computador."

- a) adware
- b) backdoor
- c) keylogger
- d) Vírus
- e) Spam

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

09. Adilson, delegado de polícia, em razão de uma gravação em suas redes sociais, foi acusado pela corregedoria de expor uma operação secreta e obrigado a retratar-se publicamente. Carlos, seu desafeto, se utilizou de tal retratação para difamar Adilson. O delegado, então, ingressou com uma ação de reparação civil em face de Carlos, porém, logo após ser determinada a data da audiência, Adilson faleceu em serviço. Diante de tais fatos e segundo o entendimento do STJ:

- a) Ainda que Adilson tenha herdeiros, a ação de reparação será extinta, pois somente o detentor dos direitos da personalidade podem requerer que cesse a lesão ou ameaça aos mesmos.
- b) Ainda que Adilson tenha filhos, a ação de reparação será extinta, caso ele não tenha cônjuge, pois somente este tem legitimidade para requerer que cesse a lesão ou ameaça aos direitos da personalidade do falecido.
- c) Ainda que Adilson tenha filhos e cônjuge, a ação de reparação será extinta e, caso os herdeiros tenham interesse em fazer que cesse a ameaça aos direitos da personalidade do de cujos, deverão ingressar com nova ação.
- d) A ação de reparação não será extinta, desde que qualquer interessado se manifeste em prosseguir com a mesma.
- e) A ação de reparação não será extinta, bastando apenas os herdeiros de Adilson manifestarem interesse em prosseguir-la.

10. Dênis sempre buscou tirar as melhores notas, para não desapontar seu pai. Em determinado dia, antes de uma prova, o jovem universitário resolveu ir à uma festa ao invés de estudar. Temeroso em desapontar seu pai com uma nota baixa, resolveu comprar de seu colega Antônio algumas cápsulas que poderiam melhorar sua concentração e memória para a prova. Passada a prova, e diante

da nota ruim de Dênis, este quis anular o negócio, pois estaria eivado de vício. Neste caso, segundo o Código Civil de 2002:

- a) Dênis tem razão, pois houve o vício de lesão, dada a inexperiência de Dênis no uso de substâncias do gênero.
- b) Dênis não tem razão, pois o vício de erro não gera a anulação do negócio jurídico, mas apenas sua nulidade, quando for essencial.
- c) Dênis tem razão, pois está constatada a fraude contra credores.
- d) Dênis não tem razão, pois o temor reverencial em relação ao contratante ou a terceiro não vicia o negócio jurídico.
- e) Dênis tem razão, pois está constatado o vício de coação.

11. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, sobre a propriedade, é correto afirmar que:

- a) O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas, não havendo a necessidade de observar o equilíbrio ecológico, por exemplo.
- b) A coisa pode ser privada ao proprietário nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.
- c) A propriedade do solo abrange apenas o subsolo, de maneira que não vá além da profundidade útil ao seu exercício.
- d) A propriedade do solo abrange para além das jazidas e minas, os demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e os monumentos arqueológicos.
- e) Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, àquele que tem a posse do bem principal, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem ao proprietário.

12. Sobre a prescrição e a decadência, assinale a alternativa correta segundo o Código Civil de 2002 e a jurisprudência:

- a) A defesa contra a pretensão prescreve no mesmo prazo que a prescrição.
- b) É livre a alteração dos prazos prescricionais entre as partes.
- c) Prescrevem em 10 anos as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
- d) Assim como no caso da prescrição, é possível a renúncia à decadência prevista em lei.
- e) A decadência estabelecida por lei não pode ser reconhecida de ofício pelo juiz.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

13. De acordo com a temática Agentes Públicos, marque a alternativa correta:

- a) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- b) é possível a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
- c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores
- d) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- e) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento

14. Observe os conceitos abaixo e os relacione de maneira correta:

I – É ato unilateral e vinculado por meio do qual a administração pública concede ao administrado a possibilidade de realizar determinada atividade.

II – É ato unilateral e discricionário em que a Administração concede ao administrado a possibilidade de exercer certa atividade.

III – É ato unilateral, discricionário e precário, pelo qual a Administração faculta ao administrado a utilização privativa de determinado bem público.

IV – É ato unilateral e vinculado por meio do qual a Administração reconhece ao particular o direito à prestação de determinado serviço público, desde que preencha os requisitos legais.

- a) Licença/ Autorização/ Permissão / Admissão
- b) Autorização/ Licença/ Permissão/ Admissão
- c) Permissão/ Autorização/ Aprovação/ Licença
- d) Admissão/Permissão/ Homologação/ Autorização
- e) Aprovação/ Homologação/ Licença/ Admissão

15. De acordo com o STF e suas súmulas vinculantes, marque a assertiva incorreta:

- a) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, inclusive a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão
- b) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- c) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

d) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

e) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

16. A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

a) A responsabilidade objetiva do Estado existe em qualquer hipótese de dano, inclusive decorrente de força maior e caso fortuito.

b) Na hipótese de falha do serviço público prestado pelo Estado, é desnecessária a comprovação do nexo de causalidade entre a ação omissiva atribuída à Administração Pública e o dano causado a terceiro.

c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

d) A teoria do Risco integral não tem aplicabilidade no Direito brasileiro.

e) O prazo de prescrição do direito de obter indenização pelos danos causados por agentes de pessoa jurídica de direito privado prestadoras de serviços públicos é de dez anos.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

17. No que respeita às finanças públicas, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988c quanto aos orçamentos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É permitida aos estados a vinculação de receitas próprias geradas pela cobrança do IPVA para a prestação de contragarantia à União..

b) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

c) A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

d) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

e) Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.

18. Uma criança de 11 anos de idade que receba de herança um imóvel no tocante à sua capacidade tributária passiva prevista no Código Tributário Nacional

a) possui plena capacidade tributária.

b) possui capacidade tributária restrita, por se tratar de menor absolutamente incapaz.

- c) possui capacidade tributária relativa até completar 16 (dezesesseis) anos de idade.
- d) possui capacidade tributária relativa até completar 18 (dezoito) anos de idade.
- e) Não possui plena capacidade tributária devendo o Município aguardar a sua maioria para efetuar o lançamento.

19. Julgue as afirmativas abaixo sobre o Imposto Sobre Serviços (ISS),

I- Incide o ISS sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

II - O ISS não incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras

III- -Todos os serviços regulados pela lei como fatos geradores de ISS não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), salvo nos casos em que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

IV- Também não incide ISS sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

Estão corretas somente

- a) apenas I e II
- b) apenas I e IV
- c) apenas II
- d) apenas III
- e) todas estão corretas

20. Assinale a alternativa correta a respeito do sistema constitucional tributário:

a) Um município poderá cobrar o imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana da União, desde que esta tenha órgão público instalado nesse Município.

b) Em razão do princípio da legalidade, não é possível a instituição de imposto por meio de medida provisória.

c) Uma lei estadual em dezembro de 2021, majorou a alíquota do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), assim novo valor já pode ser exigido a partir de 01 de janeiro de 2022, em respeito ao princípio da anterioridade.

d) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

e) É permitido à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. A respeito do controle de constitucionalidade, indique a alternativa correta

a) No controle abstrato de constitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal, não se aplicam hipóteses de impedimento e nem de suspeição de Ministro, salvo por razões de foro íntimo suscitadas pelo próprio Ministro.

b) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a perda superveniente de representação no Congresso Nacional causará a desqualificação do partido político para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.

c) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) tem por objeto ato do Poder Público que causa ou possa causar lesão a preceito fundamental, razão pela qual admite-se a sua utilização para questionar enunciados de súmulas vinculantes.

d) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

22. O Presidente da República editou medida provisória para reformulação do ensino médio. A Rede Sustentabilidade, partido político com representação no Senado Federal, ingressou com ação direta de inconstitucionalidade, sob alegação de que a medida provisória não atende aos requisitos relevância e urgência. A respeito do tema, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a assertiva correta.

a) O partido político não tinha legitimidade para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade, uma vez que é pressuposto indispensável a representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

b) Medidas provisórias não são leis e não podem ser combatidas por meio da ação direta de inconstitucionalidade.

c) É vedada a edição de medida provisória sobre educação e ensino.

d) Inexistindo comprovação da ausência de urgência, não há espaço para atuação do Poder Judiciário no controle dos requisitos de edição de medida provisória pelo chefe do Poder Executivo.

e) Não cabe ao Judiciário a análise da urgência da medida provisória, de modo que apenas ao Presidente da República foi atribuída a prerrogativa de verificar a necessidade ou não de fazer uso da

espécie normativa, conforme as prioridades de seu governo.

23. A respeito da repartição de competência legislativa, aponte a alternativa em que consta o assunto sobre o qual os Estados só poderão legislar sobre partes específicas e se houver lei complementar federal que autorize.

a) naturalização.

b) orçamento.

c) juntas comerciais.

d) ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

e) custas dos serviços forenses.

24. Acerca dos conceitos, das classificações e da Constituição Federal de 1988 (CF/88), indique a opção correta.

a) Constituições cesaristas são aquelas impostas, criadas sem a participação popular.

b) Quanto ao modo de elaboração, a CF/88 é classificada como dirigente.

c) Conquanto as constituições históricas sejam juridicamente flexíveis, sob o aspecto político, são normalmente rígidas.

d) Constituição, na definição de Hans Kelsen, corresponde a uma decisão política fundamental.

e) No sentido sociológico, as constituições são normas puras, puro dever ser, puro dever fazer.

25. Em relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue alternativa correta.

a) Brasília é a capital do Distrito Federal.

b) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação ou transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão regulamentadas por decreto do Presidente da República.

c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

d) É vedado à União estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a subvenção à religião predominantemente professada no país, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

e) É permitido à União, mediante lei, criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

26. Acerca do Poder Judiciário e do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

b) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.

c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.

d) A chamada regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais eleitorais e do Superior Tribunal Militar.

e) Na promoção por antiguidade, o tribunal não tem meios de recusar a promoção do juiz mais antigo,

salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.

27. João da Silva, Presidente da República, declarou durante uma reunião ministerial que negros não podem ocupar cargos de alto escalão no Governo, motivo pelo qual exonerou José, Ministro do Planejamento, perante todos os que estavam presentes e determinou que os Ministros fizessem o mesmo em relação aos seus subordinados. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

a) João da Silva é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.

b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.

c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.

d) A instauração de inquérito e de processo contra o Presidente da República dependeriam da autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.

e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar João da Silva pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.

28. A respeito da ordem social, conforme definição expressa da Constituição Federal, indique a assertiva INCORRETA.

a) O primado do trabalho é a base da ordem social e esta tem por objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação e à assistência social.

c) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e irredutibilidade do valor dos benefícios são objetivos da seguridade social.

d) Pessoas jurídicas em débito com o sistema da seguridade social não podem contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

e) As entidades beneficentes de assistência social que cumprem os requisitos estabelecidos por lei são isentas de contribuição para a seguridade social.

29. A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Conforme redação da Constituição Federal, indique a assertiva correta.

a) Dentre outros, são órgãos de segurança pública: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III – Força Nacional de Segurança Pública; IV - polícias civis; V - polícias penais federal, estaduais e distrital.

b) Às polícias civil, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, a função de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Aos corpos de bombeiros militares cabe, além de outras atribuições, a execução de atividades de defesa civil.

c) Cabe à polícia penal promover a segurança nos estabelecimentos penais.

d) A Constituição Federal autoriza os Municípios a constituírem guardas municipais destinadas ao policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

e) As polícias militares e as polícias civis, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se aos

Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

30. A respeito dos direitos políticos e dos direitos de nacionalidade, indique a alternativa correta.

a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

b) Aos estrangeiros originários de países de língua portuguesa que tenham residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado.

c) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá a nacionalidade brasileira.

d) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos; os maiores de sessenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

e) Apenas o militar com mais de dez anos de serviço é elegível.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

31. " A ministra veneno a B e, antes que ele faleça, lhe fornece o antídoto, impedindo a morte de B". A afirmativa trata-se de um caso de:

a) Tentativa de homicídio.

b) Arrependimento eficaz.

c) Arrependimento posterior.

d) Desistência voluntária.

e) Desistência voluntária.

32. De acordo com o Código Penal Brasileiro, salvo disposição em contrário:

- a) Não se pune a tentativa.
- b) A tentativa é punida com metade da pena do crime consumado.
- c) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- d) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um terço.
- e) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um terço a metade.

33. A teoria que aponta e evidencia a parcela de responsabilidade que deve ser atribuída à sociedade quando da prática de determinadas infrações penais pelos seus cidadãos é chamada de teoria:

- a) Da coculpabilidade.
- b) Psicológica normativa.
- c) social da ação.
- d) Psicológica da culpabilidade.
- e) Causalista

34. Sobre a Imputabilidade Penal, marque a afirmativa correta:

- a) O agente que comete o crime sob emoção é inimputável.
- b) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) A embriaguez voluntária exclui a imputabilidade.
- d) A embriaguez culposa exclui a imputabilidade.
- e) Exclui a imputabilidade a paixão.

35. O homicídio é considerado qualificado quando cometido:

- a) Mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.
- b) Por relevante valor moral.
- c) Sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- d) Por relevante valor social.
- e) Na forma culposa.

36. NÃO se pune o aborto:

- a) Quando provocado com o consentimento da gestante.
- b) Praticado por médico, se não há outro meio de salvar a vida da gestante.
- c) Provocado pela própria gestante.
- d) Provocado sem o consentimento da gestante.
- e) Se não resultar lesão corporal na gestante.

37. O condutor de veículo que dolosamente atropela uma pessoa, objetivando causar-lhe lesões corporais, será responsabilizado:

- a) Pelo crime de lesão corporal do Código Penal (Art. 129 do Código Penal).
- b) Pelo crime de homicídio do Código Penal (Art. 121 do Código Penal).
- c) Pelo crime de lesão corporal culposa do Código de Trânsito (Lei nº. 9503, de 23 de setembro de 1997).
- d) Pelo crime de homicídio culposo do Código de Trânsito (Lei nº. 9503, de 23 de setembro de 1997).
- e) Pelo crime de expor a perigo a vida ou a saúde de outrem (Art. 132 do Código Penal).

38. Considere o seguinte tipo penal: “Expôr a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fins de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina”. Trata-se do crime de:

- a) Maus-tratos.
- b) Lesão corporal.
- c) Abandono de incapaz.
- d) Perigo para a vida ou a saúde de outrem.
- e) Exposição ou abandono de recém-nascido.

39. Assinale abaixo a única alternativa correlacionada ao crime de concussão.

- a) Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.
- b) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- c) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem
- d) Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando.
- e) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

40. Mévio, endividado, sequestra o próprio pai, senhor de 70 anos, objetivando obter como resgate, de seus irmãos, a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Para tanto, conta com a ajuda de Caio. Passadas 13 horas do sequestro, Caio se arrepende e decide comunicar o crime à Polícia que, pouco depois, invade o local do sequestro, libertando a vítima.

A respeito da situação retratada, é correto afirmar que

- a) Mévio e Caio praticaram extorsão mediante sequestro, na forma qualificada, haja vista que o crime perdurou por período superior a 12 horas.
- b) por se tratar de crime contra o patrimônio, Mévio é isento de pena, pois cometeu o crime em prejuízo de ascendente.
- c) por se tratar de crime contra o patrimônio, relativamente a Mévio, que praticou o crime em prejuízo de ascendente, a ação penal é pública condicionada à representação.
- d) Caio, mesmo tendo denunciado o crime à autoridade policial, não faz jus à redução da pena, por se tratar de crime na forma qualificada.
- e) Mévio e Caio praticaram extorsão mediante sequestro, na forma qualificada, por se tratar de vítima idosa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

41. O delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos, em uma relação taxativa de crimes expressos no Código de Processo Penal, exceto:

- a) Sequestro e cárcere privado - art. 148.
- b) Redução a condição análoga à de escravo - art. 149.
- c) Tráfico de Pessoas - art. 149-A.
- d) Extorsão mediante sequestro - art. 159.
- e) Corrupção de menores - art. 244-B da Lei 8.069/90.

42. Quanto ao momento de encerramento do inquérito policial, aponte a alternativa CORRETA:

- a) A autoridade policial só poderá mandar arquivar inquérito policial quando a atipicidade for evidente e comprovada de plano.
- b) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial só poderá proceder a novas pesquisas se autorizado pelo titular da ação penal.
- c) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- d) Nos crimes de ação pública incondicionada, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal.
- e) Ao fazer a remessa dos autos do inquérito ao Ministério Público, a autoridade policial oficiará ao Instituto de Identificação e Estatística.

43. Em relação ao tema ação penal, o delito de estupro se processa mediante:

- a) ação penal pública condicionada, quando não há violência, apenas grave ameaça.
- b) ação penal pública incondicionada.
- c) ação penal privada propriamente dita.
- d) ação penal privada personalíssima.
- e) ação penal pública condicionada, quando o suspeito confessar na fase extrajudicial.

44. Assinale a alternativa correta em relação à ação autônoma de impugnação constitucional do habeas corpus:

- a) Paciente e impetrante não poderão ser a mesma pessoa.
- b) Para fins de trancamento do inquérito policial, o HC será impetrado no Tribunal de 2ª instância.

- c) Cabe HC em face de ato normativo em tese.
- d) A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa.
- e) Não se admite liminar em HC preventivo.

45. A respeito da necessidade de fundamentar as decisões judiciais, em especial as relacionadas à decretação de medidas cautelares, aponte a alternativa que contém uma decisão corretamente fundamentada:

- a) Invocar precedente ou enunciado de súmula.
- b) Limitar-se à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.
- c) Empregar conceitos jurídicos indeterminados.
- d) Invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.
- e) Não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

46. Em qual das situações abaixo, a fiança poderá ser concedida:

- a) Nos crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- b) Quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva.
- c) Em caso de prisão civil.
- d) Aos que, no mesmo processo, tiverem quebrado fiança anteriormente concedida.
- e) No tipo penal de descumprimento de medida protetiva de urgência.

47. A respeito da medida cautelar de natureza real FIANÇA, aponte a alternativa correta:

- a) A fiança será cassada quando se reconheça não ser cabível na espécie.
- b) A fiança será reforçada quando o acusado, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer sem motivo justo.
- c) A fiança será quebrada quando quando houver depreciação material ou perecimento dos bens.
- d) A fiança será perdida quando reconhecida a existência de delito inafiançável, no caso de inovação na classificação do delito
- e) A perda e a quebra da fiança geram a transferência do valor depositado em juízo para a vítima da infração penal.

48. A relevância da imparcialidade no processo penal reveste-se de garantia fundamental do acusado, inclusive, no rito especial do Júri. A respeito do desaforamento, aponte a alternativa compatível com o texto legal:

- a) O pedido de desaforamento só terá preferência no julgamento quando o réu estiver preso.
- b) O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
- c) Não há relação entre o pedido de desaforamento e a suspensão do julgamento pelo Tribunal do Júri.
- d) O desaforamento deve ser feito para comarca de outra região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais distantes, sob pena de ineficácia da medida.
- e) Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Juiz Presidente, a requerimento do Ministério

Público, do assistente, do querelante ou do acusado, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca.

49. Marque a única alternativa CORRETA relacionada ao tema - Reconhecimento de pessoas e coisas:

- a) O desrespeito às regras do reconhecimento de pessoas e coisas caracteriza mera irregularidade.
- b) A colocação ao lado de pessoas parecidas é a primeira etapa do reconhecimento de pessoas.
- c) A pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida.
- d) Não há necessidade de testemunhas presenciais subscreverem o laudo conclusivo.
- e) O receio não é argumento suficiente para que a pessoa chamada a reconhecer possa optar por fazer o reconhecimento sem ser vista.

50. A inimputabilidade recebe regras bem analíticas de nosso sistema processual penal. Aponte a alternativa INCORRETA sobre o tema:

- a) O exame poderá ser ordenado ainda na fase do inquérito, mediante representação da autoridade policial ao juiz competente.
- b) Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.
- c) O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.
- d) Se os peritos concluírem que o acusado era, ao tempo da infração, irresponsável, o processo será encerrado.

- e) Para o efeito do exame, o acusado, se estiver preso, será internado em manicômio judiciário, onde houver, ou, se estiver solto, e o requererem os peritos, em estabelecimento adequado que o juiz designar.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Fernando Bezerra

51. De acordo com o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), são competências do Sistema Nacional de Armas, EXCETO:

- a) cadastrar as apreensões de armas de fogo, com exceção das vinculadas a procedimentos policiais.
- b) identificar as modificações que alterem as características ou o funcionamento de arma de fogo.
- c) cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País.
- d) identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro.
- e) cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal.

52. Acerca da organização criminosa, julgue os itens abaixo.

- I. Exige permanência e estabilidade;
- II. Trata-se de delito plurissubjetivo;
- III. Exige a repartição formal de tarefas entre os seus membros;

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, V
- b) F, V, V
- c) V, V, V
- d) V, F, F
- e) V, V, F

53. Quanto às regras previstas na Lei 8.072/90 e Lei 13.964/19, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de roubo é hediondo em todas as suas modalidades;
- b) O crime de roubo só admite hediondez quando perpetrado na modalidade latrocínio;
- c) O pacote anticrime (Lei 13.964/19) não operou modificações quanto à incidência de hediondez às modalidades do crime de roubo;
- d) O crime de roubo somente será considerado hediondo quando qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

54. Acerca da Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13) e as mudanças advindas do Pacote Anticrime (Lei 13.964/19), julgue os itens a seguir.

I – A lei 13.964/19, conhecida como pacote anticrime, não operou nenhuma modificação quanto aos ditames originais da Lei 12.850/13;

II – O crime de constituição de organização criminosa será considerado hediondo em qualquer hipótese;

III - O delito de associação criminosa qualificada pelo objetivo de praticar crimes hediondos ou equiparados a hediondos, consubstanciado no art. 8º da Lei 8.072/90, também passou a ser considerado hediondo.

Assinale a sequência correta.

- a) F, F, F.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) F, F, V.
- e) F, V, V.

55. Em relação ao tráfico privilegiado e os entendimentos jurisprudenciais das Cortes Superiores, julgue os itens abaixo.

1. Para que o acusado tenha o benefício da diminuição de pena concedido, basta que seja réu primário, tenha bons antecedentes e não se dedique a atividades criminosas.

2. O magistrado não poderá levar em consideração a quantidade de drogas apreendidas para decidir a concessão do benefício penal.

3. O tráfico privilegiado é crime equiparado a hediondo.

São verdadeiros **SOMENTE** os itens:

- a) 1 e 2
- b) 1, 2 e 3
- c) 1 e 3
- d) 2
- e) 2 e 3

56. Em relação ao instituto da saída temporária, previsto na Lei de Execução Penal, julgue os itens subsequentes.

1. É o direito de deixar o estabelecimento penal por um período curto de tempo, sendo fiscalizado através de escolta.

2. Não poderá ultrapassar 07 dias.

3. Sua concessão exige apenas que o interno contemple os seguintes requisitos: bom comportamento e cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente.

4. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária.

Assinale a afirmativa correta:

- a) Somente os itens 2, 3 e 4 estão corretos.
- b) Somente os itens 1, 2 e 3 estão corretos.
- c) Somente os itens 3 e 4 estão corretos.

d) Somente os itens 2 e 4 estão corretos.

e) Todos os itens estão corretos.

57. Acerca da Tortura, julgue os itens abaixo.

I) Não possui natureza equiparada a crime hediondo.

II) É crime inafiançável.

III) Trata-se de crime comum.

Assinale a sequência correta:

- a) F, V, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) V, V, V.
- e) F, F, F.

58. Em conformidade com a Lei 13.869/13, julgue os itens abaixo:

I) A Lei de abuso de autoridade apenas previu responsabilidade penal pela prática da conduta definida como típica;

II) A prestação de serviços à comunidade é um efeito da condenação penal pelo delito de abuso de autoridade que dispensa deliberação judicial expressa, sendo efeito derivado automaticamente da sentença;

III) A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública representa efeito da condenação pelo crime de abuso de autoridade que pode abranger tanto condenados primários quanto reincidentes.

Assinale a sequência correta:

- a) F, V, F.
- b) F, F, V.
- c) V, F, V.
- d) V, V, V.
- e) F, F, F.

59. Acerca da Lei de Crimes Hediondos, o crime de homicídio e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens abaixo.

1. O crime de homicídio sempre é considerado hediondo.
2. O crime de homicídio qualificado é sempre considerado hediondo.
3. O crime de homicídio simples sempre será considerado hediondo.
4. O crime de homicídio híbrido é classificado como hediondo.

Assinale a assertiva correta.

- a) Somente o item 2 é verdadeiro.
- b) Somente os itens 1 e 2 são verdadeiros.
- c) Somente os itens 3 e 4 são verdadeiros.
- d) Somente os itens 2 e 4 são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

60. Acerca das técnicas utilizadas como meios de apreensão das comunicações, assinale a alternativa correta.

- a) A interceptação telefônica é a captação da comunicação por um terceiro estranho aos interlocutores, mas anuída por, pelo menos, um destes últimos.
- b) A gravação ambiental ocorre quando um dos interlocutores capta diretamente a comunicação realizada em um recinto. Para que este procedimento seja lícito é necessária autorização judicial.
- c) A escuta telefônica é a captação do diálogo telefônico desempenhado por um terceiro, sem que os interlocutores saibam.
- d) A interceptação ambiental é a captação da comunicação desenvolvida em um determinado ambiente, realizada por um terceiro, sem o conhecimento dos interlocutores.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bylinskyj

61. Acerca dos fenômenos cadavéricos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A desidratação é um fenômeno cadavérico que causa perda de peso, apergaminhamento da pele, dessecamento das mucosas e fenômenos oculares nos cadáveres.
- b) A rigidez cadavérica obedece à Lei de Nysten.
- c) A Circulação Póstuma de Brouardel apresenta-se na fase cromática da putrefação.
- d) A idade do morto é fator que interfere na evolução da putrefação.
- e) A abolição da motilidade e do tônus muscular é fenômeno abiótico imediato.

62. Um cadáver foi encontrado com uma lesão perfuro-contundente produzida por disparo de arma de fogo. No orifício de entrada, havia uma ferida escura pelo arrancamento da pele, a característica mencionada é chamada de:

- a) Sinal de Benassi.
- b) Anel de Fisch.
- c) Sinal de Puppe-Werkgaertner.
- d) Câmara de Mina de Hoffman.
- e) Tronco de Cone de Bonnet.

63. O enforcamento, o estrangulamento e a esganadura são modalidades de constrição do pescoço. Com base nas características de cada uma assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Através da análise das características do sulco formado no pescoço da vítima é possível distinguir se houve enforcamento ou estrangulamento.
- b) Só há enforcamento quando a força atuante é o peso do corpo da vítima.

c) A esganadura ocorre por parte do corpo que atua de forma similar a um laço (mãos, chave de braço, golpes de jiu jitsu).

d) É extremamente difícil que ocorra esganadura em virtude de suicídio.

e) No enforcamento, a vítima deve estar completamente suspensa, caso contrário pode-se suspeitar de uma simulação.

64. Com base na sequência a seguir, aponte a sequência correta das figuras fundamentais na identificação dactiloscópica de Vucetich: I - **3441**

a) No polegar, há uma presilha externa; no indicador, há um verticilo; no dedo médio e no anelar há um arco e, no dedo mínimo, há uma presilha interna.

b) No polegar, há uma presilha interna; no indicador, há uma presilha externa; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo há um arco.

c) No polegar, há uma presilha interna; no indicador, há uma presilha interna; no dedo médio e no anelar há um arco e, no dedo mínimo há um verticilo.

d) No polegar, há um verticilo; no indicador, há uma presilha externa; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo, há uma presilha interna.

e) No polegar, há uma presilha externa; no indicador, há uma presilha interna; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo, há um arco.

65. Assinale a alternativa aponte corretamente o fenômeno descrito, bem como o tempo no qual atinge seu ápice.

Trata-se de fenômeno abiótico consecutivo de natureza fisico-química, devido à ação de produtos

catabólicos do metabolismo, correspondente a uma situação de vida residual do tecido muscular.

a) Espasmo cadavérico - 8 horas após o óbito.

b) Rigor mortis - 36 horas após o óbito.

c) Livor mortis - 12 horas após o óbito.

d) Rigor mortis - 8 horas após o óbito.

e) Algor mortis - 12 horas após o óbito.

66. Dentre os sinais abaixo, qual pode ser encontrado nas mortes decorrentes de queimadura?

a) Câmara de Mina de Hoffman.

b) Sinal de Benassi.

c) Funil de Bonnet.

d) Sinal de Puppe-Werkgaertner.

e) Sinal de Montalti.

67. Dentre as lesões contusas, a infiltração hemorrágica nas malhas do tecido de sangue extravasado de pequenos vasos que se romperam é chamada de:

a) tumefação.

b) equimose.

c) hematoma.

d) sufusão.

e) bossa.

68. As drogas psicoanalépticas, ao contrário das drogas psicolépticas, são substâncias que estimulam o sistema nervoso central, aumentando a vigília,

causando insônia. Temos como exemplos de drogas psicoanalépticas, EXCETO:

- a) Cocaína.
- b) Maconha.
- c) Crack.
- d) Merla.
- e) Freebasing.

69. Podem ser características dos tiros à longa distância, **exceto**:

- a) orla de escoriação.
- b) orla de enxugo.
- c) zona de tatuagem.
- d) auréola equimótica.
- e) orifício de entrada com diâmetro menor que do projétil.

70. A sufocação indireta ocorre em razão:

- a) do enclausuramento em espaço fechado.
- b) da obstrução das vias respiratórias por meio sólido ou empoeirado.
- c) da oclusão dos orifícios externos respiratórios.
- d) da compressão do tórax ou do tórax e abdome, impedindo os movimentos respiratórios.
- e) da oclusão das vias respiratórias.

CRIMINALÍSTICA

Paulo Bylinskyj

71. Assinale a alternativa INCORRETA acerca da prova pericial.

- a) É indispensável o exame de corpo de delito quando houver vestígios.
- b) O exame de corpo de delito deve ser realizado por perito oficial portador de curso superior ou técnico.
- c) O exame de corpo de delito indireto ocorre, por exemplo, quando realizado com base em prontuário médico.
- d) A autópsia deve ser feita após seis horas do óbito, havendo exceções.
- e) É possível, em alguns casos, a dispensa da autópsia quando houver morte violenta.

72. Acerca da dactiloscopia assinale a alternativa correta.

- a) Apesar de sua importância a identificação dactiloscópica não garante absoluta certeza sobre a relação entre a impressão digital e seu possuidor.
- b) A impressão digital se forma durante a vida extrauterina e perdura para além da morte.
- c) A variabilidade é a propriedade dos desenhos digitais na qual cada pessoa tem suas características próprias, mesmo que sofram ação de queimaduras ou corrosivos.
- d) A imutabilidade é a propriedade dos desenhos ditais em varias de dedo para dedo e de pessoa para pessoa.
- e) A perenidade ou universalidade é a característica das impressões digitais na qual cada pessoa é classificada por um conjunto de características que permanecem por toda vida.

73. Quanto tempo após o óbito, pelo menos, a autópsia deve ser realizada?

- a) 8 horas.
- b) 12 horas.
- c) 3 horas.
- d) 6 horas.
- e) 24 horas.

74. O documento médico-legal utilizado quando há divergência na interpretação do que foi coletado na realização da perícia chama-se:

- a) notificação compulsória.
- b) atestado.
- c) relatório.
- d) parecer.
- e) depoimento oral.

75. São passos presentes na fase externa da cadeia de custódia, EXCETO:

- a) Busca do vestígio.
- b) Conferência do vestígio.
- c) Fixação do vestígio.
- d) Acondicionamento do vestígio.
- e) Coleta do vestígio.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

76. A respeito do conceito, objeto e método da criminologia, pode-se afirmar, exceto:

a) A Criminologia é definida como uma ciência causal-explicativa da criminalidade, isto é, que investiga as causas da criminalidade, segundo o método experimental.

b) A criminologia é uma ciência dogmática que se preocupa com o ser e o dever ser e parte do fato para analisar suas causas e buscar definir parâmetros de coerção punitiva e preventiva.

c) A criminologia utiliza um método analítico para desenvolver uma análise indutiva.

d) A criminologia moderna ocupa-se com a pesquisa científica do fenômeno criminal que vai além da identificação de suas causas; tendo por objeto também a prevenção do fato criminoso e o controle de sua incidência.

e) A análise criminológica do crime diferencia-se da análise jurídica pois, neste, o jurista parte de premissas corretas para deduzir delas as oportunas consequências (método dedutivo).

77. No que toca às teorias sociológicas da criminologia, pode-se afirmar, salvo:

a) Na perspectiva macrosociológica, o pensamento criminológico moderno é influenciado por duas visões: a das teorias de consenso e a das teorias de conflito.

b) As teorias sociológicas de consenso consideram que os objetivos da sociedade são atingidos quando as instituições funcionam e os indivíduos, que dividem os mesmos valores, concordam com as regras de convívio.

c) As teorias sociológicas do conflito consideram que a harmonia social advém da coerção e do uso da força, pois as sociedades estão sujeitas a mudanças contínuas e são predispostas à dissolução.

d) São exemplos de teorias do consenso a Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura do delinquente e a teoria do etiquetamento.

e) São exemplos de teorias do consenso a Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da anomia e a teoria da subcultura do delinquente.

78. A respeito da interação entre criminologia, política criminal e direito penal, assinale a alternativa incorreta:

a) A criminologia, a política criminal e o Direito Penal são três pilares do sistema das ciências criminais, inseparáveis e interdependentes.

b) Em relação ao conceito de ciência penal total, a criminologia representa o momento

decisional; a política criminal, o explicativo-empírico; e o Direito Penal, o normativo.

c) A política criminal deve se incumbir de transformar a experiência criminológica em opções e estratégias concretas assumíveis pelo legislador e pelos poderes públicos.

d) A política criminal constitui a sistematização de estratégias, táticas e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

e) A Política Criminal é uma disciplina que estuda estratégias estatais para atuação preventiva sobre a criminalidade, e que tem como uma das principais finalidades o estabelecimento de uma ponte eficaz entre a criminologia, enquanto ciência empírica, e o direito penal, enquanto ciência axiológica.

79. Em relação à criminologia feminista, assinale a alternativa INCORRETA:

a) É tema central na criminologia feminista o conceito de patriarcado e suas formas de manifestação.

b) Para a criminologia feminista, é o patriarcado que divide a sociedade em “esfera pública” e “esfera privada”, sendo que esta é a esfera em que majoritariamente são perpetuadas as diferentes violências masculinas contra mulheres (violências

patriarcais), decorrentes da ideia de que mulheres são inferiores aos homens.

c) A principal contribuição teórica das criminólogas feministas foi identificar que a tese da seletividade não contemplava, em sua origem, a desigualdade de gênero nos diversos grupos sociais.

d) Para a criminologia feminista, a criminologia crítica falha em explicar a violência masculina contra as mulheres e a criminalidade feminina porque parte do pressuposto de que a opressão feminina possui sua origem no capitalismo, ignorando a estrutura do patriarcado.

e) Segundo a criminologia feminista, o Direito Penal não pode beneficiar um gênero de uma pessoa da mesma forma que uma classe social em detrimento de outra.

80. A respeito do realismo criminológico de esquerda, assinale a alternativa que não corresponde à teoria:

a) Surgiu na América Latina como forma de contrapor o pensamento criminológico eurocêntrico e destacar os problemas da realidade local.

b) Intitula-se realista em reação aos Idealistas que nos anos oitenta do século passado lideraram a pregação da filosofia sustentada pela Criminologia Crítica em oposição à Criminologia Tradicional.

c) É uma vertente do abolicionismo penal que defende a superação do direito penal na sociedade atual por meio de uma política criminal pacifista.

d) Busca reduzir a vitimização dos grupos mais vulneráveis economicamente, que vivem em zonas com alta criminalidade.

e) Traz propostas para a redução da criminalidade dos mais vulneráveis, tais como: implementação de programas sociais nas comunidades, redução das penas nas prisões; e controle de práticas policiais abusivas, dentre outras.

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-PC-PB-Delegado-18-12>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>